

“DE QUEM É O CORPO DA MULHER?”: DISSIDÊNCIAS ENTRE TEOLOGIAS FEMINISTAS E IGREJA CATÓLICA

Manoelle Lopes Fontes¹

ST 19: Religião, Políticas Públicas e Direitos Sexuais

RESUMO

Teorias críticas e ativismos políticos dos movimentos feministas têm problematizado e denunciado as experiências de mulheres atravessadas por contextos socioculturais de hegemonia do cisheteropatriarcado, do racismo e da exploração capitalista, há muito enfatizado por ativistas negras interseccionais. Influenciadas pelas pautas revolucionárias defendidas por estes movimentos e pelas teologias libertadoras, as teologias feministas tem intensificado o debate a respeito de tensões insurgentes no androcentrismo religioso de bases cristãs. Este estudo tem por objetivo abordar breves apontamentos a respeito de debates religiosos e políticos travados por teólogas feministas latino-americanas a cerca da autonomia de mulheres sobre seus corpos mediante os direitos sexuais e reprodutivos. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura a cerca da temática proposta, em que foram acessados artigos, livros, documentos publicados pelo Vaticano e pesquisas de opinião, afim de perceber dissidências entre os discursos dogmáticos reproduzidos pela instituição Igreja Católica Apostólica Romana e as produções de teólogas feministas nas últimas décadas. Ao que se destaca, as desestabilizações provocadas pelas produções e ativismo político dessas teologias vem suscitando tensões e cisões intra-igreja, mediante reivindicações para equidade de gênero e de novos contornos de religiosidades pautadas na promoção de justiça social.

Palavras-chave: Teologias Feministas; Corpo Feminino; Igreja Católica.

INTRODUÇÃO

*Meu corpo não é seu, nem desse Estado
que quer me invadir com suas tropas
em seus cavalos.
Meu corpo é sagrado rio
e eu decido quem navega em minhas águas.*

– Brisa Flow: Meu corpo não é seu

¹ Licenciada em Ciências Sociais; Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidades/PPGREC – UESB, Campus Jequié-Bahia, vinculada a linha de pesquisa Etnia, Gênero e Diversidade Sexual. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia Lemos Pacheco.
Contato: manufonts19@gmail.com

Lançado ainda em 2019 o álbum “Ventre Laico Mente Livre” articulado em parceria entre artistas e a Rede Católicas Pelo Direito de Decidir trouxe a tona um manifesto em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, denunciando como as investidas do Estado e de instituições religiosas têm corroborado para a criminalização do aborto e consequentemente sobre o controle do corpo, da sexualidade e da mente das mulheres na contramão dos direitos humanos e da autonomia destas.

Esta iniciativa corrobora com pautas há muito suscitadas pela crítica e o ativismo político de movimentos feministas, no desdobramento de denúncias das experiências de mulheres atravessadas por contexto socioculturais de hegemonia masculina, ao problematizar a produção e reprodução de emaranhados de práticas controladoras estruturadas direcionadas as subjetividades e os corpos femininos.

A emergência destes movimentos vem contribuindo para a reconfiguração de papéis sociais, problematizando as dinâmicas entre público e privado em meio as assertivas do cisheteropatriarcado, do racismo, etnocentrismo e da exploração capitalista (AKOTIRENE, 2019). Em que na esteira do feminismo negro vem enfatizando a necessidade de compreender o entrecruzamento entre gênero, raça, etnia e classe que atravessam os sujeitos femininos.

Influenciadas pelas pautas revolucionárias defendidas por ativistas feministas e pelas teologias libertadoras, as teologias produzidas por mulheres tem protagonizado debates a respeito das tensões insurgentes no androcentrismo religioso cristão mediante a (re)produção da lógica de subordinação feminina, no que tange sobretudo, a manutenção da hierarquia do masculino sobre o feminino operante historicamente no que se tem de fundamentos e dogmáticas do cristianismo, em especial do catolicismo.

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo abordar breves apontamentos a respeito de debates religiosos e políticos travados por teólogas feministas latino-americanas a cerca da autonomia de mulheres sobre seus corpos mediante os direitos sexuais e reprodutivos em dissidência à instituição Igreja Católica Apostólica Romana.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura a cerca da temática proposta, em que foram acessados artigos, livros, documentos publicados pelo Vaticano e pesquisas

de opinião, afim de perceber cisões entre os discursos dogmáticos reproduzidos pela instituição Igreja Católica Apostólica Romana e as produções de teólogas feministas nas últimas décadas

Sem que se pretenda exaurir toda produção bibliográfica disponível, a revisão de literatura tem como característica discutir questões muito específicas por ter como preocupação investigar “universos de significados” característicos de investigações qualitativas (MINAYO, 2002).

Ao destacar estes significados, elegamos para análise a Carta Apostólica *Misericordia et Misera* (2016) divulgada pelo Vaticano em nome do papa Francisco, sobretudo no que destacado o discurso impresso sobre o aborto no contexto de práticas dogmáticas elencadas por esta instituição.

Em *A ordem do Discurso*² Michel Foucault ressaltou que os discursos não são produzidos aleatoriamente e nem desligados de mecanismos de poder que se interessam a produzir sujeitos, mas que estão diretamente articulados por práticas controladoras que investem sobre estes por meio de intencionalidades. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Para este autor, o discurso é objeto de desejo que potencializa sistemas de dominação e disciplina, especialmente mediante as zonas da sexualidade e da política, em que aqui destacamos o corpo em meio a controle e interdições. No entanto, o discurso também é zona de lutas.

A exemplo, tomamos por base o contradiscurso produzido por teólogas feministas a respeito da garantia de autonomia dos corpos e dos direitos sexuais e reprodutivos, ao problematizar as relações entre política e Igreja/religião na contramão da laicidade do Estado.

Nesse sentido, foram elegandas produções de teólogas e ativistas que se destinam a repensar as sujeitas mulheres em meio a tradições fundamentadas no androncentrismo religioso presente no catolicismo, bem como reivindicar a produção de práticas religiosas que se atenham a igualdade de gênero intra-igreja e fora desta.

² Título original: *L'ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970.*

Teologias feministas no século de suspeitas feministas

O questionamento a cerca de doutrinas religiosas construídas sobre a égide do masculino que por muito tempo tem investido sobre a regulação dos sujeitos e mais precisamente, de corpos femininos vem ganhando força desde o século XX³, desdobrando-se no que hoje conhecemos como teologias feministas (TFs).

Essas teologias inicialmente tirevam como cenário países europeus e os Estados Unidos, vindo a se organizarem – entre 1970 e 1980 – na América Latina, Ásia e África em um período de forte reflexão de feministas a cerca das demandas de mulheres, dos debates a cerca do gênero e das críticas sobre a religião como instrumento de dominação colonial de povos (TABORDA, 1990).

Ivone Gebara considera que esse período em que ganhou força às teologias feministas pode ser intitulado como o “século de suspeita feminina”, marcando a reflexão de mulheres no âmbito da teologia a respeito de suas condições de existência. Para esta autora, a produção e supervalorização de elementos simbólicos a partir de referências masculinas “provocaram mecanismos de dominação e de submissão sobretudo para as mulheres, cujos efeitos continuam até nossos dias” (2017, p. 66).

Essas teologias emergiram a partir de peculiaridades distintas, formulando suas pautas de acordo com os contextos socioculturais em que se desenvolveram – como por exemplo, correntes de pensamentos no judaísmo, no cristianismo (de tradição católica e protestante) e em religiões não hegemônicas no ocidente – tendo como ponto em comum a tentativa de evidenciar a desigualdade de gênero nos discursos e nos símbolos religiosos.

Vindo a problematizarem também a realidade de mulheres negras em meio à religiosidades atravessadas pelo racismo e sexismo, dos embates culturais e religiosos mediante o cristianismo e sua expansão, da dominação heterossexual nas igrejas cristãs, dos problemas migratórios, das questões *queers*, como também de pautas ecofeministas (GEBARA, 2017).

³ Importante pontuar que contestações sobre o campo religioso cristão já vinham ocorrendo antes mesmo do século XX. Nomes como o de Juana Inés de la Cruz e Elisabeth Cady Stanton foram importantes para considerar a insurgência de vozes que se posicionavam contra a ordem social estabelecida pelo masculino sobre as religiões.

A respeito do desenvolvimento das teologias feministas na América Latina atreladas ao contexto da Igreja Católica, Furlin (2011) nos apresentou alguns fatores constituintes a exemplo da emancipação de mulheres ao se tornarem protagonistas do próprio saber teológico, como também o processo de “abertura” da Igreja Católica ao abordar pautas relacionadas às minorias sociais e as mulheres, pressionada, sobretudo pelas mudanças sociais ainda no século XX. O *Concílio Vaticano II*, as *Conferências de Medellín* e *Puebla* são alguns eventos institucionais destacados pela autora.

Para a autora, os documentos resultantes desses eventos foram fundamentais para o reconhecimento da dignidade das mulheres intra-igreja, contribuindo para a ampliação da participação destas nas instituições eclesiais em meio a um contexto ideológico pautado pela teologia da libertação⁴, defensora da promoção de justiça social. No entanto, não conseguiram abordar as problemáticas centrais em torno das diferenciações estabelecidas sobre o gênero, cabendo esta iniciativa as teólogas feministas.

A atuação dessas teologias em rede na esfera pública através do ativismo político, na promoção de espaços de diálogos, de formações, produções acadêmicas e na atualidade o ativismo nas redes sociais tem promovido posicionamentos públicos com relação à percepção sobre o modo problemático com que a igreja tem lidado principalmente com os corpos femininos, com a sexualidade e a reprodução.

No que se consideram as teologias feministas no Brasil, Rosado (2006) destaca que grande parte das atuantes não são necessariamente membros de comunidades religiosas⁵. São na maioria teólogas, acadêmicas e militantes de diversos movimentos sociais que enxergaram na religião uma ferramenta de promoção e manutenção de desigualdades sociais.

Gebara (2017) pontuou que essas teologias nem sempre são escrita, mas são *corpora* que perpassam pelas vivências de diversas mulheres que compreendem as

⁴ De acordo com Rosado (2006) a teologia da libertação foi uma corrente de pensamento que surgiu na América Latina após o *Vaticano II* e a *Conferência de Medellín*, ao defender que a Igreja Católica deveria basear-se na promoção de um mundo igualitário, direcionado para o evangelho que enfatizava a opção pelos pobres. A participação das mulheres junto a essa corrente foi significativa, no entanto a ruptura se estabeleceu quando estas detectaram a inexistência de pautas ligadas as experiências de subordinação feminina na Igreja.

⁵ Mesmo que estas também façam parte de modo a permanecer na comunidade religiosa defendendo pautas do feminismo e a partir daí encontrem desafios e sofram até mesmo represálias por parte das Igrejas das quais são membros. Ivone Gebara é um exemplo nesse sentido, enquanto mulher que desde sua juventude esteve integrando a comunidade católica brasileira, mas que se encontrando com o feminismo passa a dedicar sua vida e trajetória religiosa pela busca da igualdade de gênero na religião e na sociedade de modo geral (GEBARA, 2017).

relações de poder presentes nas instituições religiosas e que visam ressignificar suas práticas.

A partir do desvendamento da lógica masculina que se impôs sobre a religião e compreendendo como esta operou e muito sobre o feminino, essas teologias tem se levantado em defesa do direito da mulher sobre seu corpo e sobre a vivência positiva da sexualidade.

Como exemplo, a organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) tem representado a articulação do movimento feminista com teólogas feministas e parte da comunidade católica de doze países da América Latina a partir da década de 1990, dentre eles o Brasil, ao assumirem a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Alertando que o conservadorismo religioso tem impedido o avanço dos direitos humanos das mulheres, mediante a percepção de relações estreitas entre política e igreja/religião que desrespeitam os princípios da laicidade do Estado.

Desde sua consolidação esta rede tem buscado estabelecer diálogos com outras instituições religiosas no intuito de discutir e promover soluções para as diversas questões direcionadas as mulheres, como por exemplo, as violências que são cometidas e a importância dos princípios de laicidade dos Estados. Abordando enfaticamente as influências que a Igreja Católica por muito tempo tem exercido na construção do imaginário social, como também no setor político dos diversos países de atuação da CDD (GÓMEZ; OROZCO, 2014).

“Entre ser Eva ou Maria, elas preferem a liberdade”: discussões a cerca dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres

Elas quebram a ordem estabelecida da injustiça sobre muitos corpos, quebram a hegemonia dos poderes e dos deuses. Revelam o nefasto escondido, a opressão consentida (GEBARA, 2018).

Mediante a articulação entre ativismo político e produções teóricas/acadêmicas teólogas feministas, como Ivone Gebara, tem enfatizado a necessidade de se pensar o novo mediante o cenário de transformação do mundo protagonizado por mulheres que recusam o silêncio a respeito das desigualdades, opressões e violências que vivenciam, especialmente em contextos religiosos.

Para esta, “as novas vozes que gritam abrem as portas das sacristias, dos conventos e igrejas” e suas ações vêm possibilitando que mulheres construam a partir de suas trajetórias novas formas de pensar e produzir a religiosidade, de modo mais leve e menos incisivo principalmente sobre seus corpos. Além de promoverem denúncias sobre situações de assédio, abusos e corrupções dentre das Igrejas (GEBARA, 2018).

Hunt (2017, p 17) pensando a partir do contexto americano na tentativa de traçar um paralelo com a realidade brasileira, detectou determinadas modificações no contexto das práticas do catolicismo da atualidade, como exemplo: “crescente diversidade de vozes; aumento do número dos ”sem religião”; o chamado efeito Francisco; e o impacto da tentativa de esconder os casos de abusos sexuais cometido por membros do clero”.


Nesse cenário, a própria figura do papa Francisco tem representado relativas perspectiva de avanços para o contexto geral da Igreja, no que diz respeito a sua postura popular com relação as suas visões “progressistas”, o que de certo modo tem causado desconfortos intra-igreja mas que ainda mantém a margens reflexões críticas em profundidade sobre as demandas de mulheres e a respeito da diversidade sexual.

A efeito, a publicação da Carta Apostólica *Misericordia et Misera*⁶ publicizada pelo Vaticano no ano de 2016 levantaram questões emblemáticas, sobretudo pelo destaque da autorização do perdão por parte da Igreja para mulheres que cometeram o aborto e que se arrependeram diante da mesma, reatualizando o discurso de que “Deus ama o pecador, não o pecado”.

As decisões sobre o “perdão” concedido à pessoas que cometeram algum aborto ao longo da vida e se arrependem em confissão junto a estes aparecem na mesma carta direcionada aos sacerdotes, homens que ocupam posições hierarquicamente definidas em relação as fiés. Como destacado no trecho a seguir:

[...] Como Jesus, perante a adúltera, optou por permanecer em silêncio para a salvar da condenação à morte, assim também o sacerdote no confessionário seja magnânimo de coração, ciente de que cada penitente lhe recorda a sua própria condição pessoal: pecador mas ministro da misericórdia. [...] para que nenhum obstáculo exista entre o pedido de reconciliação e o perdão de Deus, concedo a partir de agora a todos os sacerdotes, em virtude do seu ministério, a faculdade de absolver a todas as pessoas que incorreram no pecado do aborto. Aquilo que eu concedera de forma limitada ao período jubilar fica agora alargado no tempo, não obstante qualquer disposição em contrário. Quero reiterar com todas

⁶ Documento na íntegra: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html



as minhas forças que o aborto é um grave pecado, porque põe fim a uma vida inocente; mas, com igual força, posso e devo afirmar que não existe algum pecado que a misericórdia de Deus não possa alcançar e destruir, quando encontra um coração arrependido que pede para se reconciliar com o Pai. Portanto, cada sacerdote faça-se guia, apoio e conforto no acompanhamento dos penitentes neste caminho de especial reconciliação. (MISERICODIA ET MISERA, 2016, p. 8).

Ao aspirar ares de misericórdia para com os pecadores, o perdão foi apresentado como a única possibilidade de abertura da Igreja com relação ao aborto, ao reafirmar que esta antes de tudo coloca-se como misericordiosa no aspecto de seus valores morais.

Ao estabelecer o discurso de reconciliação com os fiéis ao perdoar tal “pecado” inscritos sobre os corpos, a Igreja recuperou sua interpretação bíblica a respeito da postura de Jesus para com a figura da adúltera, especialmente uma mulher, revisitando a percepção do pecado inerente ao corpo feminino transgressor da moral santa e virginal e ao mesmo tempo deixando nas entrelinhas as relações entre aborto e mulheres, ao acionar o termo “pessoas”.

A Pesquisa Nacional de Aborto em 2016 (PNA) demonstrou que uma a cada cinco mulheres brasileiras até os 40 anos já realizou pelo menos um aborto ao longo da vida. A mesma pesquisa revelou que o aborto tem feito parte da forma como a sociedade brasileira tem se organizado para a reprodução biológica e social, de modo a ocorrer entre mulheres de todas as classes sociais, de todos os grupos raciais e inclusive entre mulheres de variadas religiões, em todo os municípios do país e principalmente entre as que já são mães, cerca de 67%.

No entanto, as mulheres de baixa renda e com menor escolaridade representam números expressivos, em que recorte étnico e racial também complexificou tal realidade - mulheres pretas, pardas, amarelas e indígenas representam estatísticas relevantes em relação as brancas. Nesse sentido, a criminalização do aborto por parte do Estado, bem como a partir de instituições religiosas, ao julgar como pecado, tem penalizado mulheres de camadas populares do país que em grande medida já experimentaram a maternidade e que se arriscam sobre o aborto clandestino. Em que Estado e instituições religiosas reforçam violências causadas pela desigualdade social, atravessada principalmente sobre o gênero e a raça, bem como mediante a reprodução de estigmas sociais sobre a mulher (DINIZ et al, 2017).

Desse modo, teólogas feministas têm denunciado como a Igreja Católica ainda age influenciando a opinião pública ao reafirmar os valores da família e a da moral

(83) 3322.3222

contato@desfazendogenero.com.br
www.desfazendogenero.com.br



religiosa influenciando também instâncias governamentais que polarizam e não respeitam a laicidade do Estado, enfatizando principalmente que o corpo da mulher não é propriedade de instituições religiosas e nem do Estado.

“Em reação ao crescente pluralismo e liberalização da sexualidade, a hierarquia católica intervém reafirmando o dogmatismo, tanto em seus ensinamentos religiosos como em sua posição em relação ao direito (secular)” (VAGGIONE, 2017, p. 80).

Recentemente foi demonstrado pela pesquisa do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em parceria com a CDD no ano de 2017, que considerou a visão dos brasileiros sobre o aborto e educação sexual, que 64% da população entrevistada no Brasil consideram que a decisão sobre o aborto cabe exclusivamente à mulher, sendo uma decisão de caráter privado⁷.

Em oposição com relação à igreja a respeito da legalização e descriminalização do aborto nos países em que atuam, a CDD tem defendido a criação de políticas públicas que assegurem o direito da mulher na decisão sobre o próprio corpo, ao enfatizar que a interferência da igreja deve ser anulada, no sentido que o tradicionalismo religioso criado e regido por homens não continue a exercer influências sobre a vida das mulheres. Buscando assim garantir a ampliação dos direitos humanos destas ao destacar o aborto como uma questão de saúde pública, em que o moralismo religioso inerente à questão as tem penalizado e até mesmo contribuído para a morte de muitas delas.

Desse modo, a atuação das teologias feministas articuladas tem sido uma iniciativa importante para a manutenção das reivindicações sobre a autonomia feminina sobre os corpos no contexto da Igreja Católica e para além desta, ao mesmo tempo em que denunciam as intencionalidades de instituições religiosas e de políticas estatais mediante o controle destes corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eminência do encontro entre teólogas e mulheres religiosas com as pautas do feminismo contribuiu para que uma nova perspectiva viesse à tona a respeito da relação feminino/religião, ao instituírem a teologia feminista que reivindica, dentre outras coisas, a igualdade de gênero intra-igreja e para além dela. Essas teologias tem ido contra a hegemonia masculina que por muito tempo foi estabelecida no campo religioso,

⁷ Informações sobre a pesquisa: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-acredita-que-as-mulheres-devem-decidir-sobre-o-aborto/>

questionando as bases androcêntricas que perpetuam a inferiorização do feminino até mesmo na construção de símbolos religiosos.

O discurso e a força da atuação dessas teologias vêm produzindo reflexos, mesmo que ainda de forma limitada sobre o contexto religioso da Igreja Católica. Mesmo que ainda não tenha conseguido chegar a todos os membros das comunidades religiosas, nem a todas as mulheres que ainda reproduzem a lógica sexista a qual estão submersas considerando a influência que os discursos androcêntricos ainda exercem através da religião devido à complexidade e os arranjos tradicionalmente reproduzidos, essas teologias têm produzido avanços significativos tanto por meio de suas produções como também pelo ativismo político na esfera pública.

Não menos importante, cabe salientar a força que o ativismo dessas mulheres vem ganhando principalmente no contexto contemporâneo do ciberativismo, em que diversas pautas do movimento passam a ser discutidas e lavadas a público a partir da forte atuação nas redes sociais, enquanto mais um espaço de produção teoria e disputas políticas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

_____. **Carta Apostólica Misericordia et Misera**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco-lettera-ap_20161120_misericordia-et-misera.html. Acessado em: 15/12/17

_____. **Pesquisa percepção sobre aborto e educação sexual**. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-acredita-que-as-mulheres-devem-decidir-sobre-o-aborto/>. Acessado em: 03/05/18

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. **Rever**, São Paulo, v. 11, n. 01, p. 140-164, Jan/Jun 2011.

GEBARA, Ivone. **O que é teologia feminista**. Edição kindle, coleção 326. São Paulo: Brasiliense, 2017.

GEBARA, Ivone. Bemvindo ao tempo que se chama hoje. **Católicas Pelo Direito de Decidir**. Março, 2018. Disponível em: <http://catolicas.org.br/biblioteca/artigos/benvindo-o-tempo-que-se-chama-hoje/>. Acessado em: 03/05/18.

GÓMEZ, Josefa Buendía; OROZCO, Yury Puello. A teologia feminista de Ivone Gebara e Católicas Pelo Direito de Decidir. **Mandrágora**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 101-110, 2014.

TABORDA, Francisco S. j. Feminismo e teologia feminista no primeiro mundo: breve panorâmica para uma primeira informação. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 22, n. 58, p. 311-337, 1990.

VAGGIONE, Juan Marco. A política de dissidência: o papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina. In: JURKEWICKZ, Regina Soares (Org.). **Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade**. São Paulo: Max Editora, 2017, cap. 4, p. 77-101.

ROSADO, Maria José, Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.14, n. 1, p. 294-304, Janeiro/Abril 2006.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. Ciência, técnica e arte: desafio da pesquisa social. In: MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, cap 1, p. 9 - 29.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 653-660, 2017.

HUNT, Mary E. Recursos teológicos feministas para uma justiça sexual e de gênero. In: In: JURKEWICKZ, Regina Soares (Org.). **Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade**. São Paulo: Max Editora, 2017, cap. 1, p. 11 – 36a.